

## **Intervenção na apresentação da Declaração do Porto**

Oscar Gaspar

Presidente da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP)

Excelentíssimas senhoras e excelentíssimos senhores

Cabe-me a grata honra de fazer apresentar o propósito e os termos da Declaração do Porto.

Duas palavras traduzem o que nos traz aqui: Saúde e Europa. E, se quisermos resumir ainda mais o que nos une, é das Pessoas que estamos a falar.

O que nos traz aqui é a Saúde e a Europa porque a saúde é um dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, no qual se reconhece que todas as pessoas têm de direito de aceder, em tempo útil, a cuidados de saúde, incluindo prevenção e tratamento, de qualidade e a preços acessíveis.

Acresce que, como revelou recentemente o Eurobarómetro, quando questionados sobre qual o elemento mais importante para o futuro da Europa, os europeus respondem: saúde.

O resultado do Eurobarómetro pode não surpreender, atendendo ao contexto de Covid-19 que vivemos e à preocupação generalizada em debelar a pandemia, mas os Europeus já não identificam as necessidades em saúde como questões conjunturais ou com preocupações pessoais ou de circunstância. Os Europeus identificam o futuro da Europa com a saúde e vice-versa. O modelo social europeu, um dos magnos objetivos da construção europeia, leva a que os Europeus exijam que a saúde seja uma prioridade política.

Parece que a profecia de Jean Monnet continua a concretizar-se: “A Europa será forjada nas crises e será a soma das soluções adotadas para responder às crises.” Em 2020, a pandemia de covid-19 lançou a Europa – toda a Europa e, na verdade, todo o mundo – para uma crise sanitária sem precedentes nos últimos 100 anos, com muitas consequências sociais e económicas e exigem-se novas respostas

Num primeiro momento, de choque, imperou a ação unilateral mas, felizmente, que de imediato se percebeu que o problema era comum e em conjunto o resolveríamos melhor.

Chegou o tempo em que todos nós nos sentimos não só frágeis mas também desamparados face a um vírus. E não me refiro ao receio de cada um de nós ou à pressão sobre os sistemas de saúde: o que a pandemia tornou absolutamente óbvio aos olhos de todos é que a saúde é um bem maior, do qual depende toda a nossa vivência como comunidade e as projeções de futuro.

Um médico que marcou profundamente a história desta cidade e deste país, Corino de Andrade, defendia: “A saúde pública é um capital da Nação, que esta tem o dever de vigiar e auxiliar, com o mesmo carinho e zelo com que protege todas as suas outras riquezas”.

Nada mais certo. Numa linguagem mais política e europeia mas nesta precisa linha, a União Europeia da Saúde está a ser exigida por muitos como uma necessidade para acautelar e combater novas pandemias e garantir aos cidadãos europeus que, independentemente da sua nacionalidade, têm acesso aos meios e cuidados de saúde adequados.

Por outro lado, andamos há duas décadas a reclamar a “saúde em todas as políticas” (a expressão Health in All Policies – ganhou notoriedade com a presidência finlandesa da UE, em 2006) porque os problemas “da saúde” não são setoriais, não decorrem apenas das questões agudas da saúde nem se resolvem apelando apenas aos recursos, saber e organização dos sistemas de saúde.

Um sistema de saúde não pode ser uma organização que acolhe passivamente os problemas de saúde das pessoas nem é confundível com um conjunto de intuições de prestação de cuidados, ou uma “estância burocrática”, para utilizar uma expressão de Ricardo Jorge.

A “saúde em todas as políticas” ainda tem um longo caminho a percorrer, exige abertura para discutir, envolvimento de todos os parceiros, incluindo os próprios cidadãos, e uma perspetiva multisetorial aos problemas.

Ora, quando Portugal assume a Presidência do Conselho da União Europeia e por ocasião da Cimeira Social, entenderam os agentes privados da Saúde que este era o momento de refletir sobre a situação e o futuro da saúde na Europa e sobre o papel que podem e querem assumir.

Hoje, 3 de maio de 2021, 23 entidades do setor da saúde subscrevem a Declaração do Porto, por SISTEMAS DE SAÚDE FOCADOS NAS PESSOAS E NOS RESULTADOS.

A iniciativa congrega os agentes privados da saúde, em áreas tao distintas como a investigação, o desenvolvimento e a produção, a indústria farmacêutica, a distribuição farmacêutica, as farmácias, a indústria de dispositivos médicos, os prestadores de ambulatório, os hospitais e os provedores em áreas essenciais como as tecnologias de informação e comunicação.

Permitam-me que por uns segundos confesse que a CIP esteve neste processo porque tem no seu seio o Conselho Estratégico Nacional da Saúde como um exemplo de reunião da generalidade das associações empresariais ligadas à saúde, fazendo da diversidade, e até das posições conflituantes, uma fonte para compreender e fortalecer o sistema de saúde.

Nesta Declaração do Porto somos associações portuguesas e europeias dos agentes privados da saúde e damos aqui testemunho do resultado do diálogo que resultou entre nós, num contributo para o desenvolvimento de sistemas de saúde

Assumimos o nosso compromisso com a saúde dos cidadãos e a disponibilidade de cooperação para a sustentabilidade dos sistemas de saúde, investindo em investigação e desenvolvimento e na reindustrialização da Europa, criando emprego qualificado, produzindo bens de alto valor acrescentado, em prol da competitividade e autonomia da economia europeia.

O Cluster privado da saúde reafirma-se como parceiro de referência para uma saúde sustentável e temos a ambição que a Declaração do Porto possa constituir uma referência sobre a importância da Saúde no reforço Europa, na valorização das preocupações dos europeus, na competitividade europeia.

Não pretendo ser exaustivo com os pontos da Declaração do Porto, cujo conteúdo é rico e se pretende seminal, mas não gostaria de perder a oportunidade de relevar 7 dos mais significativos.

1. **A Saúde deve constituir uma prioridade** nacional, em cada um dos países da UE, de modo a responder às legítimas expectativas das pessoas, aos desafios demográfico, da carga de doença e tecnológico e na UE como forma de resposta às ameaças pandémicas transfronteiriças e à garantia de acesso aos cidadãos, em tempo útil, a sistemas de saúde inclusivos, resilientes e sustentáveis;
2. Os desafios sanitários atuais e futuros vinculam-nos à insubstituível necessidade de posicionar **a Europa como Líder na Saúde**, tendo como desígnio a prossecução da sua Autonomia Estratégica, Sustentabilidade e Acessibilidade;
3. Os ganhos em saúde e a soberania estratégica que a UE tem como objetivos alcançar devem passar pelo **estímulo ao investimento em saúde e pela articulação inteligente e transparente entre setores**;
4. Os **agentes privados da saúde** (na investigação, produção e desenvolvimento, indústria farmacêutica, distribuição farmacêutica, farmácias, indústria de dispositivos médicos, prestadores de ambulatório, hospitais, seguradoras, provedores em áreas essenciais como as tecnologias de informação e comunicação e os equipamentos médicos pesados) **têm uma expressão significativa não só no setor da saúde como na economia europeia e são parceiros naturais e relevantes nos diversos sistemas de saúde**;
5. Em contexto de Covid-19, e quando se pretende reforçar a autonomia estratégica dos Estados Membros e da UE, devem ser **criadas as condições para um acrescido investimento** em território europeu das indústrias relacionadas com a Saúde

Para potenciar a oferta de bens e serviços em saúde e melhorar o acesso é essencial simplificar a burocracia e reduzir os custos de contexto que distorcem o mercado e inibem o investimento privado em saúde;

6. A UE não pode desperdiçar a oportunidade única que as **tecnologias de informação e comunicação** constituem para a transformação radical e a melhoria da prestação de cuidados de saúde, para suportar a investigação em saúde e para assegurar a sustentabilidade dos sistemas de saúde;

A incorporação das potencialidades abertas pelas novas tecnologias possibilita uma verdadeira transformação digital, não apenas enquanto ferramenta de simplificação de processos e de eficiência na gestão e no desempenho dos profissionais de saúde, mas também como poderoso instrumento ao serviço das pessoas e de uma nova abordagem à prestação de cuidados, de sustentabilidade dos sistemas de saúde e de desenvolvimento económico;

7. No âmbito de Semestre Europeu, devem continuar a incorporar-se as questões sociais, reforçando a integração no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e assegurando que os Estados Membros evidenciam o desempenho e as melhorias alcançadas em termos de qualidade, segurança e acesso aos cuidados de saúde em condições de equidade.

Minhas senhoras e meus senhores,

Numa das mais céleres teses desse grande médico da cidade do Porto que foi Abel Salazar “O médico que só sabe medicina nem medicina sabe”.

Ou seja, temos que quebrar silos e ultrapassar trincheiras porque os desafios da saúde exigem uma abordagem global.

Provamos que é possível sentarmo-nos à mesma mesa, dialogarmos e contribuirmos em conjunto com propostas que melhorem o funcionamento, o acesso e a sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Convido-vos assim a lerem a Declaração do Porto

Convidamos os governos dos Estados membro e os responsáveis europeus a acolherem a Declaração do Porto e a vencerem os desafios da saúde em conjunto.

Todos juntos. Juntos pela saúde, juntos pelas pessoas. Contem connosco. Ao vosso dispor.